

1ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA

PARECERES À PONDERAÇÃO DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

PARECER FINAL

(VOLUME 10)

DISCUSSÃO PÚBLICA

setembro 202

Rosa Pascoal

De: Paulo Marques
Enviado: 27 de junho de 2025 14:26
Para: Rosa Pascoal
Assunto: FW: PCGT - ID 792 (Ex-591) - Plano de Urbanização da Praia da Tocha (1.^a Alteração) - Envio de Parecer da DGT

Com os melhores cumprimentos.

PAULO MARQUES

Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental
Departamento de Urbanismo
+351 969 133 339 | +351 231249066 | cm-cantanhede.pt



De: pcgt.apoio@dgterritorio.pt <pcgt.apoio@dgterritorio.pt>
Enviada: 27 de junho de 2025 09:52
Para: Paulo Marques <pmarques@cm-cantanhede.pt>
Assunto: PCGT - ID 792 (Ex-591) - Plano de Urbanização da Praia da Tocha (1.^a Alteração) - Envio de Parecer da DGT

ESTA É UMA MENSAGEM PROVENIENTE DA PCGT - NÃO RESPONDA PARA ESTE ENDEREÇO, FAÇA-O PARA O ENDEREÇO DO REMETENTE (VER JUNTO DA ASSINATURA)

Exmo. Senhor Paulo Marques,
Enviamos por esta via o Parecer da DGT solicitado no V. mail enviado no passado dia 12 de junho. O Parecer teve como base a análise das peças desenhadas disponíveis no link enviado.
Com os melhores cumprimentos,
Sofia Miranda
Direção-Geral do Território

Foi(ram) anexado(s) ficheiro(s) que pode consultar na PCGT, no separador Mensagens do processo identificado em epígrafe.

Também pode consultar esta mensagem e eventuais ficheiros anexados no separador MENSAGENS do processo acima identificado, acedendo à PCGT através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/>, utilizando as respetivas credenciais.

Com os melhores cumprimentos,
Sofia Fausta Miranda

smiranda@dgterritorio.pt
Direção-Geral do Território

Do ponto de vista formal, o acompanhamento dos procedimentos de formação dos Instrumentos de Gestão Territorial resulta do disposto na Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU1) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT 2), cabendo à Direção-Geral do Território (DGT) acautelar, nas matérias que estão no âmbito das suas competências, que são respeitados os requisitos e orientações que resultam deste quadro legal, regulamentar e institucional.

O presente documento traduz o parecer da DGT no que respeita às matérias da sua competência, emitido com base na análise das Plantas que constituem a proposta de alteração do *Plano de Urbanização da Praia da Tocha*.

Na sequência da solicitação através da PCGT APOIO, e após apreciação efetuada sobre uma amostra da documentação disponibilizada no Separador *Concertação*, vimos informar o seguinte:

1. INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL

A Rede Geodésica Nacional (RGN) e a Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP) constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em Portugal e encontram-se protegidos pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril. A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser consultada na página de internet da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>

Caso seja necessário poderá ser solicitada à DGT uma listagem da informação da RGN e da RNGAP.

Esta informação consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) e pode também ser consultada através do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG):

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
1.1	Os vértices geodésicos da RGN deverão ser corretamente representados na Planta de Condicionantes, com os respetivos topónimos e a cota de terreno.	DL 143/1982	S

Restrições

- A zona de proteção dos vértices geodésicos da RGN é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio, e deve ser assegurado que qualquer edificação ou arborização a implantar não vai obstruir as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.
- Deve ser assegurada a integridade física das marcas de nivelamento da RNGAP apesar de estas não terem que ser representadas na Planta de Condicionantes.
- O desenvolvimento de algum projeto que dificulte ou condicione a normal função dos vértices geodésicos ou das marcas de nivelamento, nomeadamente a violação da zona de respeito dos primeiros, ou das suas visibilidades, requer a solicitação de um parecer prévio à DGT sobre a viabilidade da sua remoção ou da sua realocização.

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

2. CARTOGRAFIA

Os requisitos das plantas que constituem os planos territoriais são estabelecidos principalmente no projeto de portaria que estabelece o Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) e a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e na Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM, utilizando as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro. A escolha de cartografia topográfica a utilizar na elaboração dos planos territoriais enquadra-se no DL nº 193/95, de 28 de julho republicado pelo DL nº 130/2019, de 30 de agosto. Para mais informação sobre a cartografia a usar nos planos deve ser consultado o documento “Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”, disponível na página de Internet da DGT.

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.1	Os planos diretores e os planos de urbanização podem utilizar cartografia topográfica de imagem desde que a mesma seja completada por informação vetorial: <ul style="list-style-type: none"> • Oro-hidrográfica tridimensional; • Rede rodoviária e ferroviária; • Toponímia. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	NA
2.2	A informação vetorial mencionada no ponto anterior deve ser consistente com a imagem do ponto de vista espacial e temporal, sendo que os critérios subjacentes à avaliação desta consistência encontram-se descritos no documento “Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”.	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	NA
2.3	A cartografia topográfica (vetorial ou de imagem) a utilizar nos planos territoriais é obrigatoriamente oficial ou homologada.	DL 130/2019 Art.15º-A / 1	S
2.4	A cartografia oficial e homologada consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) integrado no Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).	DL 130/2019 Art.3º-/ 5	S
2.5	Em Portugal continental, a cartografia topográfica para fins de utilização pública deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PT -TM06/ETRS89 (EPSG:3763).	DL 130/2019 Art.3º-A / 1	S
2.6	A cartografia topográfica a utilizar deve cumprir os seguintes requisitos de exatidão posicional planimétrica e altimétrica: <ul style="list-style-type: none"> • Melhor ou igual a 2 metros em planimetria e altimetria. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 9	S
2.7	A cartografia topográfica a utilizar nos planos territoriais deve observar, à data da deliberação municipal ou intermunicipal que determina o início do procedimento de elaboração, alteração ou revisão do plano, o seguinte prazo : <ul style="list-style-type: none"> • cartografia oficial ou homologada, com data de edição ou de despacho de homologação inferior a três anos. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 5 Alterado p/ Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho	S

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.8	As plantas que constituem os planos territoriais, contêm uma legenda que é formada por duas partes: <ul style="list-style-type: none"> • A legenda rótulo, com as indicações necessárias à identificação da planta; • A legenda da simbologia, com as indicações de descodificação dos símbolos utilizados na planta. 	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S

Na **legenda rótulo** deve constar a seguinte informação:

2.9	a) Indicação do tipo de plano e respetiva designação, de acordo com a tipologia dos planos territoriais estabelecida na lei;	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S
2.10	b) Designação da planta, tendo por referência o conteúdo documental estabelecido na lei para a figura de plano em causa;		S
2.11	c) Data de edição e número de ordem da planta no conjunto das peças que integram o plano;		S
2.12	d) Indicação da escala de representação para a reprodução em suporte analógico, ou em suporte digital no formato de imagem;		S
2.13	e) Identificação da entidade pública responsável pelo plano;		S
2.14	f) Identificação da versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) utilizada;		S
	g) Identificação da cartografia topográfica vetorial e/ou cartografia topográfica de imagem utilizada na elaboração da carta base, designadamente:		
2.15	i. Se cartografia oficial: entidade produtora, série cartográfica e/ou ortofotocartográfica oficial, entidade proprietária e data de edição;		NA
2.16	ii. Se cartografia homologada: entidade proprietária, entidade produtora, data e número de processo de homologação e entidade responsável pela homologação;		S

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.17	iii. Data e número de processo de homologação de atualização de cartografia topográfica vetorial e entidade responsável pela homologação, se aplicável;		NA
2.18	iv. Sistema de georreferência aplicável de acordo com o estabelecido na lei;		S
2.19	v. Exatidão posicional planimétrica e altimétrica e a exatidão temática, se aplicável, de acordo com as especificações técnicas da cartografia utilizada.		S

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

Recomendações

DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)

Na **legenda da simbologia** devem constar todos os símbolos utilizados na planta, organizados e designados de acordo com o catálogo de objetos utilizado na elaboração da planta.

Na reprodução da planta em suporte analógico ou em suporte digital com formato de imagem esta legenda é imprescindível para a leitura da planta.

As plantas que constituem os planos territoriais devem permitir a sua reprodução em suporte digital com formato de imagem em escalas que tenham em consideração a escala da carta base e permitam uma visão de conjunto do modelo de organização territorial e com o detalhe adequado ao objeto e conteúdo material do tipo de plano.

Usualmente a escala de representação adotada para o Plano de pormenor é a escala 1:2 000 ou superior.

3. LIMITES ADMINISTRATIVOS

Os limites administrativos encontram-se representados na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Esta carta regista o estado da delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País e é publicada anualmente.

A Direção-Geral do Território é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

As competências da DGT em matéria de delimitação administrativa estão circunscritas à representação de limites para fins cadastrais e cartográficos. A Assembleia da República é o organismo com competência para a criação, extinção e modificação de autarquias locais, cf. CRP art.164º alínea n, incluindo a fixação legal de novos limites administrativos.

Os dados da CAOP são geridos numa base de dados geográficos e são disponibilizados sem custos para os utilizadores através de serviços de visualização (WMS) e descarregamento (ATOM), disponíveis no site da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>

Esta informação consta do RNDG e pode também ser consultada através do SNIG:

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.1	Os limites administrativos devem estar representados nas plantas que constituem os planos territoriais.		S
3.2	Os limites administrativos representados no plano territorial devem ser os que constam a edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), disponível à data que determina a elaboração, revisão ou alteração do plano territorial. Sempre que no decurso dos trabalhos venham a ficar disponíveis edições mais atualizadas da CAOP e que tal se justifique, deverá ser utilizada a edição mais atualizada.		S
3.3	Na legenda das plantas que constituem os planos territoriais deve ser indicada a versão e data de edição da CAOP utilizada.	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S
3.4	A simbologia utilizada para a representação dos limites administrativos deve constar da legenda da respetiva planta.		S

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

4. SISTEMA DE SUBMISSÃO AUTOMÁTICA (SSAIGT)

Para desmaterialização dos programas e planos territoriais e melhoria progressiva da fiabilidade, rigor e eficiência da disponibilização da informação sobre IGT, encontra-se desenvolvido o Sistema de Submissão Automática (SSAIGT) destinado ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República (DR) e para depósito na Direção Geral do Território (DGT).

Esta plataforma é de utilização obrigatória e constitui a infraestrutura através da qual são praticadas todas as formalidades relativas aos procedimentos já referidos e em conformidade com a Portaria nº 245/2011 de 22/6 e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Deste modo e em antecipação aos referidos atos de publicação no Diário da República e depósito na DGT, considera-se oportuno que a autarquia promova a verificação da conformidade das peças e plantas do presente instrumento de gestão territorial a publicar e a depositar, com os requisitos e condições formais e operacionais de acesso do SSAIGT (ver Anexo I).

Com este objetivo, anexa-se uma lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PP com a indicação dos ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT.

Para informações complementares disponibilizam-se os seguintes *links* para a página da DGT:

- Manual de utilização (SSAIGT):
https://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/Manuais_SSAIGT/ManualUtilizador_IGT_planos-prog.pdf
- Área de Apoio do SSAIGT (versão de dezembro de 2022):
<http://ssaigt.dgterritorio.pt/AreaApoioIGT/AreaApoio.htm>

5. CONCLUSÃO

O parecer da DGT é favorável.

Publicação do Plano de Urbanização		Obrigatoriedade de		Formato para publicação* DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF destrancado; imagens JPG; tabelas XLS 1 envio = 1 fich. ZIP	Formato para depósito** se original em formato editável: DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; se original em suporte analógico: formato imagem (JPG, PNG, TIF, ...); 1 envio = 1 fich. ZIP
		publicação	depósito		
Peças fundamentais (escritas e gráficas) a submeter na plataforma do SSAIGT (as que constituem o Plano conforme referido no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 1 do art. 100.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Texto do ato a publicar	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Deliberação sobre o procedimento (elaboração, revisão, alteração ou alteração por adaptação ou alteração simplificada, retificação, correção matricial, revogação, suspensão pelo município ou pelo governo, medidas preventivas e normas provisórias).	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Regulamento (conforme alínea a), n.º 1, art.º 100º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Planta de zonamento (conforme alínea b), n.º 1, art.º 100º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
	Planta de condicionantes (conforme alínea c), n.º 1, art.º 100º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
Peças que acompanham/complementares a submeter na plataforma do SSAIGT as referidas no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 2 e 3 do art. 100.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	PDF ou qualquer outro formato, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	pdf ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido

* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.2

** Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.3

Observações:

- . Sistema de coordenadas aplicável às peças gráficas: ETRS89TM06;
- . Se submissão de ficheiros de base de dados: mdb ou gdb;
- . Se submissão de ficheiros tabelas de dados: xls ou xlsx
- . Sempre que se trate de alteração, alteração por adaptação, correções materiais, retificação, medidas preventivas ou suspensão de planos em vigor com implicações nas peças gráficas, são enviados cumulativamente, para cada peça gráfica:
 - ficheiro vetorial (shape file)
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) da área/polígono(s) em causa
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) de toda a planta

[Informações adicionais - Área de Apoio do SSAIGT](#)

Rosa Pascoal

De: rpascoal@cm-cantanhede.pt
Assunto: FW: [RUBUS] - PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS DE CANTANHEDE - PCGT - 792 (EX-591) - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA (1.ª ALTERAÇÃO)
Anexos: OFICIO_PUPT_9Jul2025_numerado_vf_assinado.pdf

De: PCGT APOIO <pcgt.apoio@dgterritorio.pt>

Enviada: 14 de julho de 2025 16:58

Para: Paulo Marques <pmarques@cm-cantanhede.pt>

Cc: gdp.centro@icnf.pt; joaoc.silva@icnf.pt; lino.nossa@icnf.pt

Assunto: RE: [RUBUS] - PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS DE CANTANHEDE - PCGT - 792 (EX-591) - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA (1.ª ALTERAÇÃO)

Paulo Alexandre Santos Marques – CM e Cantanhede – Gestor do processo identificado em epígrafe

Cc/ João C. Silva e Lino Nossa - ICNF

Reencaminho para conhecimento e devidos efeitos o parecer do **ICNF- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro**, que por lapso foi enviado a esta Direção-Geral, uma vez que devia ter sido carregado na PCGT.

Com os melhores cumprimentos,

Cristina Lapas de Gusmão

Técnica superior – Divisão de Informação e Gestão Territorial (DIGT)

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

cgusmao@dgterritorio.pt



Coesão Territorial

Direção-Geral do Território

Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa

Telefone: (+351) 21 381 96 00

www.dgterritorio.gov.pt



REPÚBLICA
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem contém informação confidencial ou material privilegiado, e é só intencionada para os seus destinatários. De acordo com a lei em vigor, se um erro originou que tenha recebido esta mensagem por engano pedimos que, de imediato, notifique o remetente e a apague do seu sistema sem a reproduzir.

CONFIDENTIALITY NOTICE

This e-mail contains proprietary information, some or all of which may be legally privileged. It is for the intended recipients only. According to the law in force, if an addressing or transmission error has misdirected this e-mail, please notify the author by replying to this e-mail and delete it from your system without retaining a copy.

De: gdp.centro@icnf.pt <gdp.centro@icnf.pt>

Enviada: segunda-feira, 14 de julho de 2025 16:44

Para: PCGT APOIO <pcgt.apoio@dgterritorio.pt>

Assunto: [RUBUS] - PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS DE CANTANHEDE - PCGT - 792 (EX-591) - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA (1.ª ALTERAÇÃO)

Se não consegue ver este email. Clique [aqui](#).



Encarrega-me o Sr. Diretor Regional da
Conservação da Natureza e Florestas do
Centro, Dr. Paulo Farinha Luís, enviar a V.
Exa. o ofício S-022570/2025.




Com os melhores cumprimentos.
Ana Bravo
Secretariado do Diretor Regional
Direção Regional da Conservação da
Natureza e Florestas do Centro
Instituto da Conservação da Natureza e das
Florestas, IP

Cordialmente,
A equipa RUBUS@ICNF

#ICNFSOMOSNOS

Se não registou esta conta no RUBUS pode ignorar a mensagem (contas não
validadas serão removidas).

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

Direção Geral do Território
Rua Artilharia 1 107
1099-052 LISBOA

C/C Câmara Municipal de Cantanhede
p.marques@cm-cantanhede.pt

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-022570/2025	P-043126/2022	2025-07-09
Assunto <i>subject</i>	PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS DE CANTANHEDE - PCGT - 792 (EX-591) - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA (1.ª ALTERAÇÃO)		

Ex.^{mos} senhores,

Em resposta à Vossa comunicação através de correio eletrónico de 12/06/2025, informa-se V.
Ex.^{as} que foram suprimidos os constrangimentos existentes, tendo sido retificados os limites
oficiais da plataforma do Regime Florestal e outras áreas (REFLOA), por deliberação tomada por
unanimidade pelo Conselho Diretivo do ICNF IP, em 17/10/2024 que aprovou a atualização dos
Limites Cartográficos do Perímetro Florestal das Dunas de Cantanhede, concretamente junto à
Praia da Tocha

Assim, não havendo conflito com a servidão pública do Regime Florestal, do Perímetro Florestal
das Dunas de Cantanhede, o ICNF IP emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Plano de Urbanização da
Praia da Tocha.




Apresentamos a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional, privilegiando os
contactos com o ICNF, I.P. em Coimbra, através dos seguintes contactos: Telf. 239 007 260 e
correio eletrónico: DRCNF.centro@icnf.pt.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Paulo Farinha Luís

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

Câmara Municipal de Cantanhede
3064-909 Cantanhede

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-036394/2024	P-031015/2022	2024-11-04
Assunto <i>subject</i>	PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS DE CANTANHEDE - ATUALIZAÇÃO DE LIMITES CARTOGRÁFICOS DO REGIME FLORESTAL - REFLOA		

Ex.^{mo(s)} Senhor(s),

Relativamente ao processo encetado por V.^ª Ex.^ª, para retificação da servidão pública do Regime Florestal - REFLOA, na sequência da Revisão do Plano Diretor Municipal, informa-se que, por deliberação tomada por unanimidade pelo Conselho Diretivo do ICNF I.P., em 17/10/2024 foi aprovada a atualização dos Limites Cartográficos do Perímetro Florestal das Dunas de Cantanhede, concretamente junto à Praia da Tocha.

Informa-se que os novos limites cartográficos se encontram atualizados e disponíveis em <https://geocatalogo.icnf.pt/geovisualizador/refloa.html>.




Apresentamos desde já a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional, privilegiando os contactos com o ICNF, I.P. em Coimbra, através dos seguintes contactos: Telf. 239 007 260 e correio eletrónico: DRCNF.centro@icnf.pt

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão da Gestão Florestal do Centro Litoral,

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

Município de Cantanhede
A/C Chefe da Divisão de Gestão do Território e
Sustentabilidade Ambiental Sr. Paulo Marques
Praça Marquês de Marialva
3060-133 CANTANHEDE

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
	S-040467/2024	P-031015/2022	2024-12-04
Assunto	PERÍMETRO FLORESTAL DAS DUNAS CANTANHEDE - ATUALIZAÇÃO DE LIMITES		
<i>subject</i>	CARTOGRÁFICOS DO REFLOA		

Ex.^{mos} senhores,

Acusamos a receção do vosso correio eletrónico datado de 03/12/2024, sobre o assunto em epígrafe e que mereceu a nossa melhor atenção.

Nesse sentido, informa-se V. Exas que o limite publicado na plataforma REFLOA, resultou das reuniões técnicas realizadas, bem como da análise final efetuada pelo Departamento de Áreas Públicas Florestais do ICNF IP, com o principal objetivo de trazer coerência territorial à área urbana da Praia da Tocha e eliminar as incongruências entre os limites físicos verificados no terreno e os limites cartográficos à época da desafetação, sem contudo criar outros constrangimentos que seja necessário corrigir posteriormente.

Foi tido em conta o uso e ocupação atual do solo de toda a área, bem como as evidências sobre os limites iniciais que se encontravam no terreno e que não suscitavam dúvidas, nomeadamente a presença de marcos.

Apresentamos desde já a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional, privilegiando os contactos com o ICNF, I.P. em Coimbra, através dos seguintes contactos: telefone 239 007 260 e correio eletrónico: DRCNF.Centro@icnf.pt.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão de Gestão Florestal do Centro Litoral,

Rosa Pascoal

De: rosa.rodrigues@ccdr.pt
Enviado: 4 de agosto de 2025 11:06
Para: geral@cm-cantanhede.pt
Cc: margarida.bento@ccdr.pt; alexandra.grego@ccdr.pt; Rosa Pascoal
Assunto: PUR-CO.02.14/2-22 - 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha (PUPT) - ID 792 (ex 591)
Anexos: Ofício-UOT-DOT 827-2025.pdf

Não costuma receber e-mails de rosa.rodrigues@ccdr.pt. [Saiba por que motivo isto é importante](#)

Exmos Senhores,

Para os devidos efeitos, encarrega-me a Sra Diretora da Unidade de Ordenamento do Território da CCDRC, Dra Margarida Bento, de enviar a V.Exas o ofício UOT-DOT 827/2025, referente ao assunto mencionado em epígrafe.

Informa-se que a documentação remetida a coberto deste e-mail não será enviada em papel, de modo a reduzir os respetivos consumos.

Mais se informa que, de acordo com o determinado no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na sua redação atual, a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.

Com os melhores cumprimentos
Rosa Rodrigues

Rosa Rodrigues

Unidade de Ordenamento do Território



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P.

Rua Bernardim Ribeiro, 80 | 3000-069 Coimbra | T. +351 239400100 | E. rosa.rodrigues@ccdr.pt



AVISO LEGAL Esta mensagem, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é reservada aos seus destinatários, e pode conter informação confidencial ou estar sujeita a restrições legais. Se não é seu destinatário ou se recebeu esta mensagem por motivo de erro, solicitamos que não faça qualquer uso ou divulgação do seu conteúdo e proceda à eliminação permanente desta mensagem e respetivos anexos.

Exma. Senhora
Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede
Apartado 154 Loja CTT Cantanhede
3061-909 CANTANHEDE

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

UOT-DOT 827/2025

2025-08-02

Proc: PUR-CO.02.14/2-22

ASSUNTO: 1ª Alteração à 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha
Pronúncia sobre a ponderação do parecer emitido Conferência Procedimental e
proposta de plano reformulada

A proposta de 1.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha foi objeto de conferência procedimental com as entidades representativas dos interesses a ponderar a 06.01.2023, em sede da qual a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional IP (CCDRC IP) considerou que não se encontravam reunidas as condições para a emissão de parecer favorável à proposta apresentada, carecendo a mesma de ser corrigida e complementada de forma a sanar as questões identificadas no respetivo parecer.

Na sequência dos pareceres emitidos na referida Conferência Procedimental (CP), essa Câmara Municipal (CM) procedeu a uma nova análise global da área de intervenção do plano, tendo em conta o quadro legal vigente em matéria de ordenamento do território, em particular no que à classificação e qualificação do solo diz respeito, com base na qual reformulou e completou a proposta de plano, por forma a ultrapassar as objeções formuladas pelas entidades nos seus pareceres.

Assim, e tendo em vista alcançar uma solução tão consensual e concertada quanto possível, a CM remeteu à CCDRC, IP, por mensagem eletrónica via PCGT, a proposta de plano reformulada, acompanhada de um “*Relatório de ponderação de pareceres da conferência procedimental*”, para análise e validação das alterações efetuadas.

O Relatório de ponderação dos pareceres disponibilizado identifica, de forma individual, todas as questões e objeções formuladas nos pareceres das entidades no âmbito da CP, bem como a respetiva ponderação, a identificação das alterações efetuadas para sanar/ultrapassar as referidas objeções, bem como das razões para as situações em que as mesmas não foram acolhidas.

Analizada a documentação disponibilizada, informa-se V. Ex.ª o seguinte:

a) Regulamento

De acordo com o Relatório de ponderação dos pareceres apresentado, o regulamento foi revisto/reformulado para dar globalmente satisfação aos aspetos identificados nos mesmos.

Contudo, foram detetadas algumas situações pontuais, introduzidas nesta nova versão do Regulamento, que carecem de correção e/ou clarificação nomeadamente:

- Foi acrescentado um **novo n.º 3 no Artigo 5.º (Definições)**, com notas complementares a aplicar supletivamente para efeitos de cálculo da área total de construção. Para além de se considerar desnecessária a inclusão destas notas complementares, uma vez que as definições de “Área de construção” e de “Área total de construção” estabelecidas no DR n.º 15/2019, de 27/09, são muito claras quanto à forma como estas áreas se contabilizam, verifica-se que as notas constantes das subalíneas i), IV) e v) contrariam aquelas definições legais; consequentemente, na subalínea i) deve corrigir-se a redação para “Caves sem pé direito regulamentar” e as alíneas iv) e v) devem ser eliminadas na medida em que, de acordo com a definição de “área de construção” estabelecida naquele DR, a área de construção é, em cada piso, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e **inclui** os espaços de circulação cobertos (átrios, galerias, corredores, caixas de escada e caixas de elevador) e os espaços exteriores cobertos (alpendres, telheiros, varandas e terraços cobertos), ao contrário do que é referido naquelas subalíneas.

- Foram introduzidas alterações significativas em alguns parâmetros urbanísticos relativamente à versão anterior, que já apresentava, para os mesmos parâmetros, valores superiores aos estabelecidos no PU em vigor; isto verifica-se ao nível do Índice de ocupação (Io) máximo e do Índice de impermeabilização máximo do solo estabelecidos nos **artigos 25º (Zona EH-A), 26º (Zona EH-B), 27º (Zona EH-C), 29º (Zona EH-E) e 32º (Espaços de Uso Especial – Regime de edificabilidade)**; com efeito, na Zona EH-B estes índices passam de 20% e 30% para 50% e 70%, respetivamente, na zona EH-C passam de 20% e 40% para 40% e 60%, respetivamente, na zona EH-E passam de 30% e 50% para 50% e 70%, respetivamente, e, no caso da Zona EH-A, o Índice de Impermeabilização máximo passa de 3% para 40%. Muito embora sejam opções estritamente municipais, uma vez que se está em sede de solo urbano, estas alterações deveriam ter sido devidamente identificadas e fundamentadas, tendo em conta que a consulta agora realizada às entidades tem por objetivo não a apreciação de uma nova proposta, mas sim dar resposta aos pareceres das entidades e às objeções por elas levantadas na conferência procedimental. A identificação e fundamentação destas alterações deve constar, também do Relatório do Plano.

O mesmo verifica-se ao nível dos Espaços de Uso Especial, regulados no artigo 32º, constatando-se que para as diferentes tipologias de equipamentos foram, nesta versão, aumentados os valores máximos do Índice de ocupação do solo e do Índice de impermeabilização do solo admitidos, aplicando-se o mesmo que foi referido anteriormente relativamente aos espaços habitacionais.

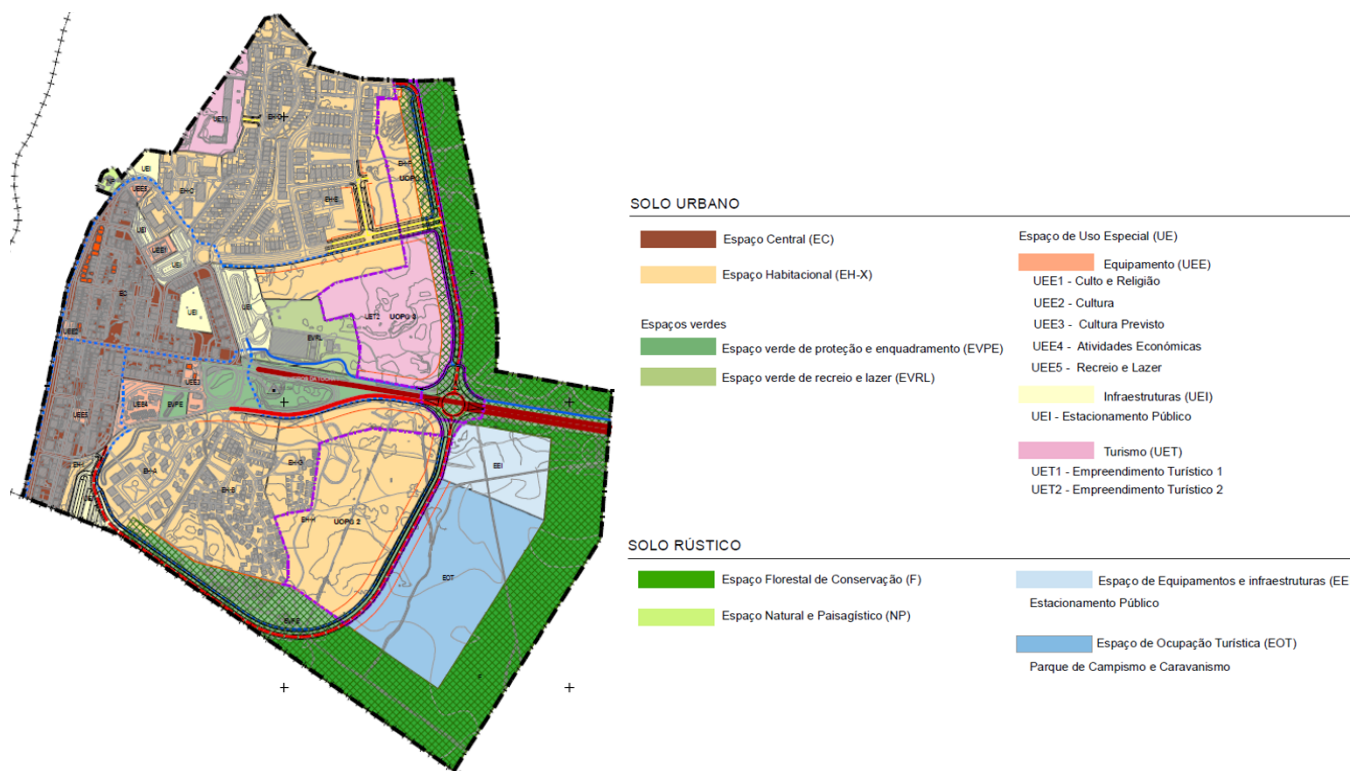
b) Planta de Zonamento

Uma das principais objeções formuladas pela CCDRC IP no seu parecer emitido em sede de Conferência Procedimental, prendeu-se com a proposta de classificação e qualificação do solo então preconizada.

Com efeito, o presente procedimento de alteração do PU da Praia da Tocha foi iniciado tendo como principal objetivo a adequação do plano aos critérios de classificação e qualificação do solo estabelecidos no RJGT e no DR n.º 15/2015, de 19/08, em particular nas áreas definidas no mesmo como áreas urbanizáveis (categoria operativa que foi suprimida no novo quadro legal), em cumprimento do artigo 199º do RJGT.

No parecer então emitido, foi referido por esta CCDRC que a classificação do solo como urbano só poderia ocorrer em áreas total ou parcialmente urbanizadas ou edificadas, e de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 7º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, o que não se verificava na proposta apresentada naquela data, que integrava na classe de solo urbano todas as áreas qualificadas como urbanizáveis do plano em vigor (conforme imagem abaixo), as

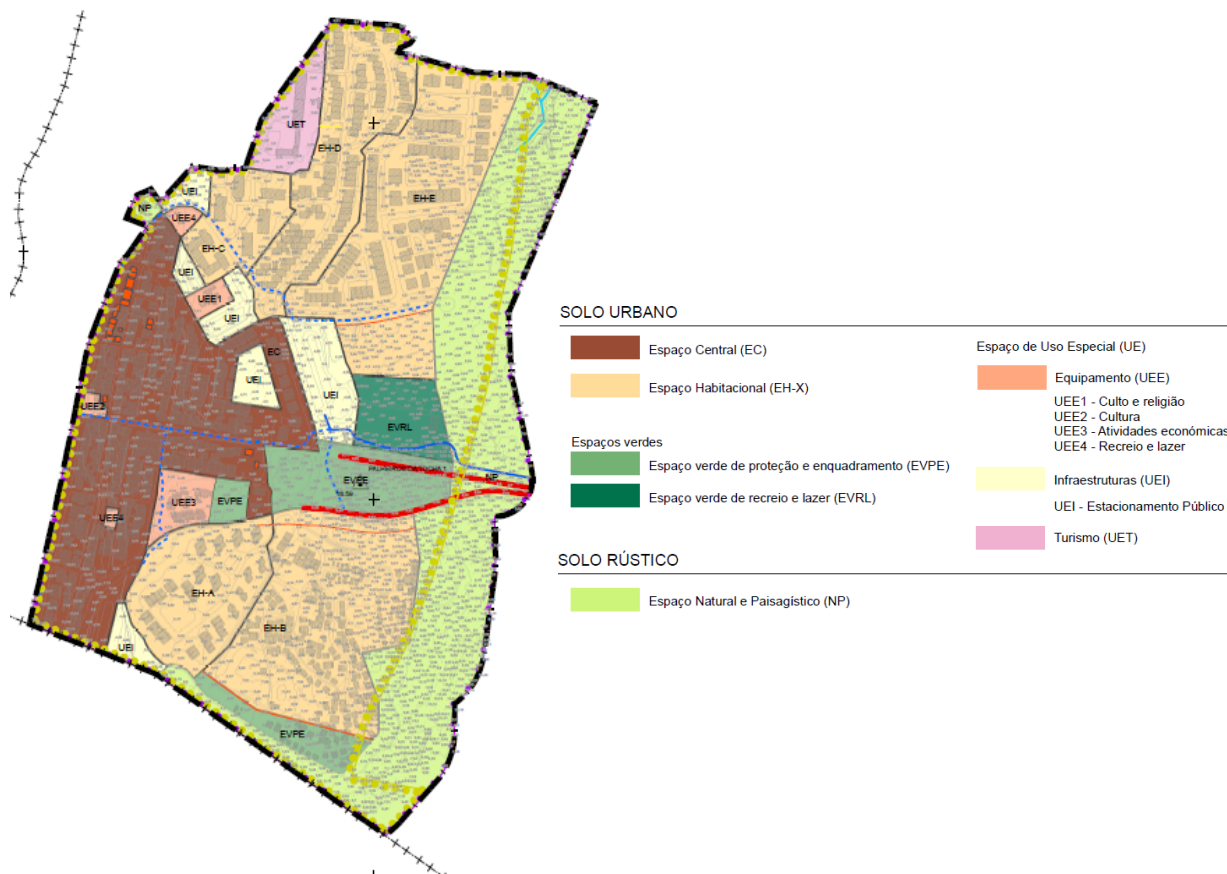
quais não cumpriam os referidos critérios, conformando uma ilegalidade perante o quadro jurídico que rege o ordenamento do território, e que, por isso mesmo, deveriam ter sido integradas em solo rústico.



Por outro lado, quanto ao Espaço de Ocupação Turística (para instalação de um Parque de Campismo e Caravanismo) e ao Espaço de Equipamentos e infraestruturas (destinado a estacionamento público), em solo rústico, identificados a azul na planta de zonamento acima, considerando que o Parque já se encontrava a funcionar noutra área mais próxima do aglomerado e a área para a qual era proposto estava inserida em REN e em Regime Florestal Parcial, foi referido que a manutenção/implementação daqueles projetos (parque de campismo e estacionamento) em território já intervencionado seria uma mais sustentável opção de planeamento.

Face ao exposto, a CCDRC IP considerou que as áreas identificadas como EH-F, EH-G, EH-H, UET2 e EVEP (a sul dos espaços EH-B e EH-H), não davam cumprimento aos critérios de classificação e qualificação estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, pelo que deveriam integrar o Solo Rústico.

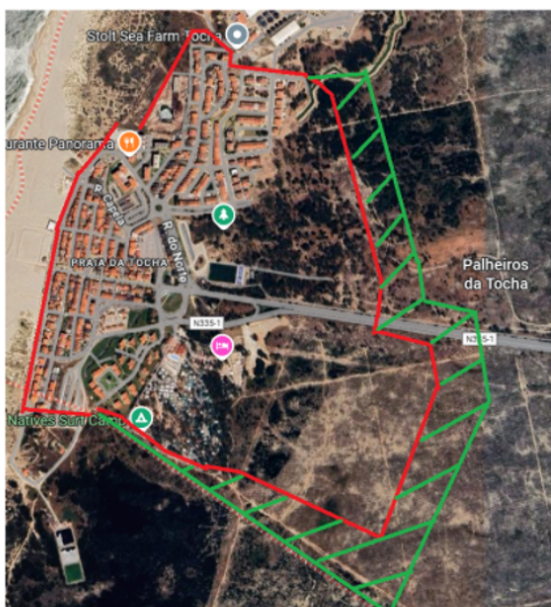
Face àquele parecer, a CM procedeu a uma reavaliação global do território da qual resultou a reformulação da proposta de zonamento, conforme imagem abaixo da planta de zonamento agora enviada.



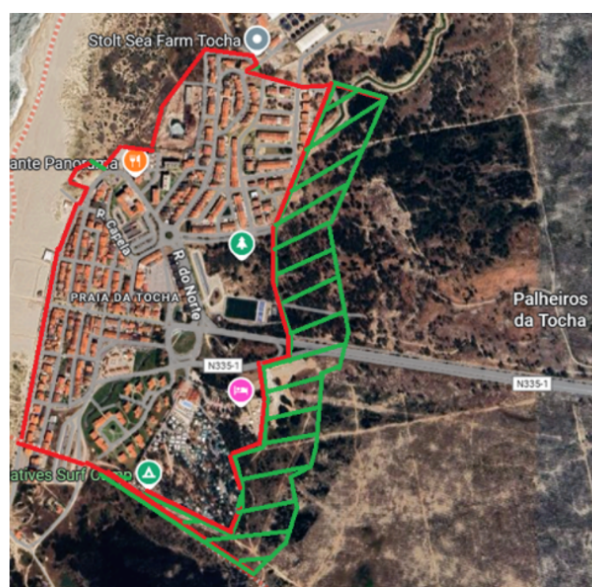
Conforme evidenciam as fotografias aéreas abaixo, na nova versão agora apresentada, a área de intervenção do Plano foi substancialmente reduzida de 79,6 ha para 49,4 ha, registando-se, também, uma redução de cerca de 23,6% do solo urbano relativamente à versão submetida a CP. O zonamento / qualificação do solo foi ajustado à situação existente e aos critérios de classificação do solo previstos nos artigos 7º e 16º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, tendo essa informação e fundamentação sido acrescentada no Relatório de fundamentação do plano.

Proposta de classificação do solo sobre fotografia aérea

Versão de 2023



Versão junho 2025 (Concertação)



 Solo urbano Solo rústico

Tendo em consideração que a proposta de zonamento agora apresentada é globalmente coerente e está alinhada com os princípios e as orientações legalmente estabelecidos sobre esta matéria e com a ocupação efetivamente existente no território, tendo sido demonstrado o cumprimento dos critérios estabelecidos no DR n.º 15/2015, de 19/08, para a classificação do solo urbano proposta, considera-se que as objeções formuladas no parecer anterior quanto a esta planta foram sanadas, nada havendo a opor à Planta de Zonamento agora apresentada.

c) Planta de Condicionantes, Relatório, Programa de execução e Plano de financiamento, Planta de Enquadramento, Planta da Situação Existente, Plantas de Infraestruturas, Planta da Estrutura Ecológica, Ficha de Dados Estatísticos

Relativamente aos demais elementos que constituem e acompanham o PU, os mesmos foram corrigidos, reformulados e/ou completados, de modo a dar resposta às questões identificadas no parecer da CCDRC emitido em sede de conferência procedimental, tendo ainda sido devidamente fundamentadas as situações em que aquele parecer não foi acolhido, conforme refletido no *“Relatório de ponderação de pareceres da conferência procedimental”* apresentado.

d) Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Relativamente às situações de incumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis identificadas no anterior parecer da CCDRC IP, após análise dos elementos do plano reformulados e de acordo com a ponderação do parecer efetuada pela CM, verifica-se que as mesmas se encontram sanadas.

Alerta-se apenas para a existência de uma nova situação de incumprimento do quadro legal aplicável aos instrumentos de gestão territorial, patente nas notas complementares a aplicar supletivamente para efeitos de cálculo da área total de construção apenas agora introduzidas no artigo 5º do Regulamento, que colidem as definições de *“Área de construção”* e de *“Área total de construção”* estabelecidas no DR n.º 15/2019, de 27/09.

e) Conclusão

Face ao exposto anteriormente, conclui-se que foram globalmente sanadas as questões e objeções identificadas no parecer emitido por esta CCDRC IP na conferência procedimental realizada em janeiro de 2023, pelo que se emite parecer favorável à proposta agora apresentada, condicionado à correção dos aspetos identificados na alínea a) e d), em particular da ilegalidade evidenciada nas mesmas.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora da Unidade de Ordenamento do Território

(Dra. Maria Margarida Martins Ventura Teixeira Bento)

AG/

Rosa Pascoal

De: Paulo Marques
Enviado: 8 de setembro de 2025 16:20
Para: Rosa Pascoal
Assunto: FW: PCGT - ID 792 (Ex-591) - Plano de Urbanização da Praia da Tocha (1.^a Alteração) - Ponderação aos pareceres resultante da Conferência Procedimental - emissão de parecer da ARH do Centro

Com os melhores cumprimentos.

PAULO MARQUES

Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental
Departamento de Urbanismo
+351 969 133 339 | +351 231249066 | cm-cantanhede.pt



De: pcgt.apoio@dgterritorio.pt <pcgt.apoio@dgterritorio.pt>
Enviada: 8 de setembro de 2025 11:24
Para: Paulo Marques <pmarques@cm-cantanhede.pt>
Assunto: PCGT - ID 792 (Ex-591) - Plano de Urbanização da Praia da Tocha (1.^a Alteração) - Ponderação aos pareceres resultante da Conferência Procedimental - emissão de parecer da ARH do Centro

ESTA É UMA MENSAGEM PROVENIENTE DA PCGT - NÃO RESPONDA PARA ESTE ENDEREÇO, FAÇA-O PARA O ENDEREÇO DO REMETENTE (VER JUNTO DA ASSINATURA)

Exmos. Senhores

Para os devidos efeitos, em anexo remete-se o parecer solicitado no V. email enviado no passado dia 12/06/2025.

Com os melhores cumprimentos,

Victor Sousa

APA, IP/ARH do Centro

Foi(ram) anexado(s) ficheiro(s) que pode consultar na PCGT, no separador Mensagens do processo identificado em epígrafe.

Também pode consultar esta mensagem e eventuais ficheiros anexados no separador MENSAGENS do processo acima identificado, acedendo à PCGT através do endereço <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/>, utilizando as respetivas credenciais.

Com os melhores cumprimentos,
Victor Sousa
victor.sousa@apambiente.pt
Agência Portuguesa do Ambiente

Exma. Senhora
Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede
Rua Marquês de Marialva 1
3060-133 - Cantanhede
Portugal

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S050704-202509-

ARHCTR.DRHL

ARHC.DRHL.00339.2022

Assunto: PCGT - 792 (Ex-591) - Plano de Urbanização da Praia da Tocha – Alteração
Relatório de ponderação ao parecer da APA, IP, emitido em sede de
Conferência Procedimental - emissão de parecer

Em resposta à notificação remetida a esta ARH do Centro, via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), em 12/06/2025, solicitando a emissão de parecer sobre o relatório de ponderação, informa-se V. Exa. que, analisadas as peças escritas e desenhadas recebidas, verificou-se que todas as considerações efetuadas pela APA/ARH-Centro no parecer anteriormente emitido (N/ ref. S076285-202212-ARHCTR.DRHL), foram acolhidas e devidamente vertidas nas respetivas peças escritas e desenhadas, pelo que se emite **parecer favorável** aos documentos apresentados.

Com os melhores cumprimentos,

 O Administrador Regional da ARH do Centro

Nuno Bravo

(ao abrigo de competência subdelegada – Despacho nº 1741/2025,
publicado no Diário da República, 2ª série, de 6 de fevereiro de 2025)


Nelson Silva
Chefe de Divisão

vs/

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)